

Economia - Brasil

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

A crise de 1999

• **Ciro Gomes clama no deserto contra a política econômica do Governo. Há tempos propôs que se discutisse a crise, que prevê forte, de 1999. Não lhe deram resposta. Sexta-feira, na Associação da Imprensa Estrangeira, no Rio, quando as bolsas de ações desabavam no mundo inteiro e só não furou o piso no Brasil por obra e graça da intervenção do BNDESpar, voltou a insistir na imprudência de esconder o déficit das contas externas.**

Ciro não é o único preocupado com o que acontecerá com a economia depois das eleições, nem essa preocupação é exclusiva dos oposicionistas. Há críticos severos da política de juros e de câmbio dentro do próprio Governo, ainda que restrinjam as críticas aos circuitos internos do poder. Há, ainda, membros do Governo que preparam medidas defensivas, na tentativa de reduzir o déficit público, mas algumas delas dependem da aprovação de emendas constitucionais. Há estudos sobre alterações mais profundas do que as das propostas em curso na Previdência e que já encontram muita resistência. Antes de tornar-se presidente do BNDES formulá-las era a tarefa de André Lara Rezende.

Os economistas oficiais, que calculam o déficit da Previdência entre seis e sete bilhões este ano, afirmam que, a longo prazo, seria impossível manter-se um déficit deste tamanho, que é puxado pelos gastos com os benefícios dos funcionários públicos, desproporcionais às contribuições que fazem ao longo da carreira. Há países, dizem, onde o Estado simplesmente parou de pagar o que deve a aposentados e pensionistas. É o caso dos países da Europa Oriental que migraram para o capitalismo selvagem, Rússia inclusive, mas, também, China, que, em tese, mantém o regime socialista de propriedade coletiva dos meios de produção. A ideia básica é garantir no sistema atual as aposentadorias até cinco salários-mínimos e passar as demais para fundos particulares de pensão, que garantiram as aposentadorias mais altas segundo o valor das contribuições de seus cotistas.

O ministro Pedro Malan referiu-se, no Uruguai, a um possível ajuste fiscal a ser feito após as eleições. Provocou agitação no mercado e especulações na imprensa. Apressou-se a dizer que não se tratava de nenhum pacote, mas não deu detalhes. São esses detalhes que **Ciro Gomes** reclama, ao propor a discussão da crise de 1999.

O nó do problema está no que os economistas chamam de fundamentos. São os índices mais significativos para avaliar a saúde de uma economia. Todos eles pioraram ao longo do mandato de **Fernando Henrique Cardoso** e, segundo **Ciro**, essa piora foi deliberadamente provocada pela política de se manter os juros mais altos do planeta e agravou-se a partir de novembro

passado. O déficit nominal, que é a soma das despesas públicas correntes com os juros pagos pelo Tesouro ao mercado, passou de 4,7% do PIB em julho de 1997 para 7,5% em julho deste ano. As projeções indicam que chegará a 8% neste mês de setembro. O chamado déficit primário, que se limita a comparar o que gastam os três níveis de governo com o que arrecadam, tinha um saldo ligeiramente positivo em maio do ano passado de 0,14% do PIB. No mesmo mês deste ano já era negativo em 0,97%, o que indica um crescimento nos gastos do Governo federal, dos estados e dos municípios. No entanto não seria correto atribuir o aumento do déficit a esses gastos. O déficit não nasce no exercício cotidiano dos governos, em investimentos, em custeio ou no pagamento das folhas de servidores. Ele nasce no Banco Central, que é onde se estabelecem as taxas de juros.

A dívida interna cresceu mais de seis vezes ao longo do mandato do presidente **Fernando Henrique** e hoje vai a mais de um terço do PIB. Os economistas oficiais argumentam que muitos países desenvolvidos, como a Bélgica ou a Itália, têm índices de até 100% do PIB.

Os críticos contra-argumentam dizendo que em nenhum deles o déficit aumenta em velocidades sequer comparáveis às do Brasil e que na Europa o financiamento da dívida pública se faz a longo prazo. A dívida externa também deu cambalhotas, sobretudo a dívida do setor privado, que é hoje maior do que a do setor público do passado, tão duramente renegociada. A tradição brasileira é que, na hora do aperto, o setor privado passe a conta para Estado. O crescimento da economia tem hoje um terço dos índices de 1994. Em consequência, o desemprego é o maior da história. A balança comercial, que tinha um robusto saldo em 1994, tem agora um rombo imenso, que só não é maior que o do ano passado por causa da recessão provocada pelo pacote 51. Enquanto isto, o Estado já vendeu ao seus principais ativos sem que a situação das contas públicas melhorasse.

Em resumo, dizem os que exigem o debate sobre a crise de 1999, a equipe econômica foi capaz de, a curto prazo, conter o ataque especulativo, mas a prazo médio o preço a pagar será altíssimo. Querem saber qual será ele.